



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**DECRETO Nº 1925 DE 24 DE JANEIRO DE 2017.**

*“Regulamenta a Lei nº 1.214, de 22 de outubro de 2014, que institui a **Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)**, dá outras providências e revoga o Decreto nº 1.457, de 05 de dezembro de 2014”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição legal que lhe é conferida pela alínea “a” do inciso I do artigo 86 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 2º da Lei nº 1.214, de 22 de outubro de 2014,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)**

**SEÇÃO I**

**Da Regulamentação da Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)**

**Art. 1º** Regulamenta a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, instituída pela Lei nº 1.214, de 22 de outubro de 2014, que deverá seguir as especificações e regulamentos instituídos por este Decreto.

**SEÇÃO II**

**Da Definição da NFS-e**

**Art. 2º** Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Monte Carmelo – MG, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**SEÇÃO III**

**Das Informações Necessárias à NFS-e**

**Art. 3º** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, conforme modelo constante do Anexo I, integrante deste Decreto, conterá as seguintes informações:

- I – Número sequencial;
- II – Certificação (código de verificação de autenticidade);
- III – Data e hora da emissão;
- IV – Identificação do prestador de serviços, com:
  - a) Razão social;
  - b) Nome Fantasia;
  - c) CNPJ;
  - d) Inscrição Municipal;
  - e) Inscrição Estadual;
  - f) Endereço Completo;
  - g) Bairro;
  - h) Complemento;
  - i) Município;
  - j) UF;
  - k) CEP;
  - l) “E-mail”;
  - m) Telefone.
- V – Identificação do tomador de serviços, com:
  - a) Razão social;
  - b) Nome Fantasia;
  - c) CNPJ;
  - d) Inscrição Municipal;
  - e) Inscrição Estadual;
  - f) Endereço Completo;
  - g) Bairro;
  - h) Complemento;
  - i) Município;
  - j) UF;
  - k) CEP;
  - l) “E-mail”;
  - m) Telefone.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- VI – Discriminação do serviço;
- VII – Valor total do serviço prestado;
- VIII – Valor da dedução, se houver;
- IX – Valor da base de cálculo;
- X – Enquadramento do(s) serviço(s) na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 01/2003 e suas alterações;
- XI – Enquadramento do(s) serviço(s) no CNAE;
- XII – Alíquota e valor do ISS;
- XIII – Indicação de isenção, imunidade ou não incidência relativa ao ISSQN, quando for o caso;
- XIV – Indicação de serviço não tributável, quando for o caso;
- XV – Indicação de retenção de Imposto na fonte, quando for o caso;
- XVI – Indicação do regime tributário do prestador (MEI, Simples Nacional, Fixo, Variável, Normal, Estimativa, Outro);
- XVII – Número e data do Recibo Provisório de Serviços – RPS emitido, nos casos de sua substituição;

§ 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões “Município de Monte Carmelo” e “Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e”.

§ 2º O número da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente e sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V do *caput* deste artigo poderá ser opcional, mediante Regime Especial a critério e conveniência do Fisco Municipal, nos casos em que o serviço prestado requer.

§ 4º Serão admitidas, na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, outras informações, tais como, logomarcas, logotipos ou *slogans*.

§ 5º A critério do contribuinte, na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, poderão conter outras informações não obrigatórias pela legislação tributária municipal, desde que não contrariem as disposições legais e/ou constantes nesse Decreto.

§ 6º O destaque de outros tributos e contribuições federais é facultativo e constitui-se mera indicação de controle e não gera redução na base de cálculo do ISSQN.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**SEÇÃO IV**  
**Do Regime Especial**

**Art. 4º** O Regime Especial de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, bem como o Regime Especial de Recolhimento poderão ocorrer:

I – A pedido do contribuinte;

II – De ofício pela autoridade tributária.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a pessoa jurídica deverá solicitar o Regime Especial, à Divisão de Tributos da Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Monte Carmelo, com a exposição dos motivos, não importando, necessariamente, em deferimento do referido regime.

§ 2º Ocorrendo o deferimento a que se refere o parágrafo anterior, o mesmo não importará em direito adquirido, podendo ser revogado, modificado ou alterado, a qualquer tempo, a critério do Fisco Municipal.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, ocorrerá quando a Pessoa Jurídica prestadora de serviços, deixar de cumprir com as obrigações tributárias acessórias e principal, previstas na legislação tributária do Município de Monte Carmelo, bem como nos casos definidos como ilícito tributário e, também nas situações previstas como crime à ordem econômica e tributária.

**SEÇÃO V**  
**Da Obrigatoriedade, da Não Obrigatoriedade, da Opção e da Adesão à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e**

**SUBSEÇÃO I**  
**Da Obrigatoriedade e da Não Obrigatoriedade**

**Art. 5º** São obrigadas a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, inscritas e/ou que vierem a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário, inclusive as optantes pelo Simples Nacional, independentemente da atividade que exerçam e/ou da receita auferida, considerando-se cada estabelecimento da Pessoa Jurídica:

I – Sempre que executar serviço;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

II – Quando receber adiantamento, sinal ou pagamento antecipado, inclusive em bens ou direito.

**Parágrafo único.** Na hipótese do contribuinte exercer mais de uma atividade de prestação de serviços, a obrigatoriedade da emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e dar-se-á para todas as atividades.

**Art. 6º** Ficam desobrigados da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e:

I – As instituições financeiras;

II – As sociedades uniprofissionais que recolhem o ISSQN/Fixo Anual, desde que apresentem ao tomador dos serviços, Certidão Negativa de Débito do Município;

III – Os Microempreendedores Individuais – MEIs, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelas Resoluções expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, que emitirem Nota Fiscal de Prestação de Serviços para pessoa física;

IV – As empresas de transporte coletivo de passageiros;

V – Correios.

**SUBSEÇÃO II**  
**Da Opção e da Adesão**

**Art. 7º** Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, estabelecidos no Município de Monte Carmelo, devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário, desobrigados da emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, poderão optar por sua emissão.

§ 1º A opção tratada no *caput* deste artigo depende de autorização da Diretoria de Arrecadação, devendo ser solicitada nos termos do artigo 8º.

§ 2º A opção tratada no *caput* deste artigo, uma vez deferida, é irretratável.

**Art. 8º** A adesão será feita no endereço eletrônico: <http://montecarmelo.simplissweb.com.br>.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**Parágrafo único.** Os talonários de Notas Fiscais de Serviços anteriormente autorizadas serão devolvidos para o cancelamento, ressalvadas as notas fiscais conjugadas com a Secretaria da Fazenda do Estado, cujo campo relativo à prestação de serviço ficará automaticamente cancelado.

**Art. 9º** A Diretoria de Arrecadação comunicará aos interessados, por “e-mail”, a deliberação sobre o pedido de autorização e emitirá a Senha Web a ser utilizada na emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

**Art. 10** Os prestadores de serviços que optarem ou forem obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e iniciarão sua emissão em data estipulada no deferimento da autorização.

**Parágrafo único.** A utilização das Notas Fiscais de Serviços convencionais após a data da autorização do uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, equipara-se a não emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e e sujeitará o prestador às penalidades previstas na legislação, independentemente do pagamento do ISSQN.

**SEÇÃO VI**

**Da Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e**

**Art. 11** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve ser emitida “on-line”, por meio do Sistema Eletrônico, no endereço eletrônico <http://montecarmelo.simplissweb.com.br>, somente pelos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, estabelecidos no Município de Monte Carmelo, devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário e mediante a utilização da Senha Web.

**§ 1º** O contribuinte emitente de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

**§ 2º** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e emitida deverá ser impressa em via única, a ser entregue ao tomador de serviços, salvo se enviada por “e-mail” ao tomador de serviços, por sua solicitação.

**§ 3º** A emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e se dará por cada subitem de serviços constantes da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 01/2003, podendo discriminar os vários serviços de um mesmo subitem da lista.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**SEÇÃO VII**

**Do Cancelamento da NFS-e e das Obrigações Acessórias**

**Art. 12** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do Sistema Eletrônico da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica –NFS-e, até 5 (cinco) dias contados da data de sua emissão.

**Parágrafo único.** Decorrido o prazo previsto no *caput* desse artigo, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de Processo Administrativo, sendo necessário que o Emitente protocole Requerimento de Cancelamento de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, contendo em sua solicitação, no mínimo, a informação de qual NFS-e deverá ser cancelada, informar se houve a substituição da referida NFS-e, expor o motivo do cancelamento de forma detalhada e clara, bem como deverá anexar a cópia reprográfica da NFS-e a ser cancelada e da NFS-e substituta e, nos casos específicos, que não houver a substituição da respectiva NFS-e a ser cancelada, obrigatoriamente nos casos específicos, deverá anexar a Declaração do Tomador dos Serviços, informando que o(s) serviço(s) discriminados na NFS-e não foram prestados e/ou tomados, além de informar que não houve e nem haverá o pagamento pelo(s) serviço(s) constante(s) na referida NFS-e.

**Art. 13** Os prestadores de serviços que emitirem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, nos termos fixados neste Decreto, ficam desobrigados da escrituração convencional do Livro de Registro de Serviços Prestados e/ou do Livro de Registro de Serviços Tomados.

§ 1º Na hipótese de o prestador do serviço não vier a ter receita de prestação de serviços, em determinado período, a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados – DFSP, deverá ser enviada, “SEM MOVIMENTO”.

§ 2º Na hipótese de o tomador do serviço não vier a contratar serviços de terceiros, em determinado período, a Declaração Eletrônica de Serviços Tomados – DEST, deverá ser enviada, “SEM MOVIMENTO”.

**SEÇÃO VIII**

**Do Recibo Provisório de Serviços – RPS**

**Art. 14** No caso de eventual impedimento da emissão “on-line” de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços – RPS “off-line”, disponível





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

no sistema, que deverá ser substituído por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e na forma deste regulamento.

**Art. 15** Alternativamente ao disposto no artigo 11 deste regulamento, o prestador de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS a cada prestação de serviços, devendo, nesse caso, efetuar a sua substituição por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, mediante a transmissão em lote dos RPS emitidos.

**Art. 16** O Recibo Provisório de Serviços – RPS será emitido e numerado sequencialmente, de acordo com a autorização para emissão de Recibo Provisório de Serviços – RPS, devendo conter todos os dados que permitam a sua substituição por NFS-e.

§ 1º O Recibo Provisório de Serviços – RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a primeira via destinada ao tomador dos serviços e a segunda via destinada ao emitente.

§ 2º O Recibo Provisório de Serviços – RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º O Recibo Provisório de Serviços – RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente e sequencial a partir do número 1 (um).

**Art. 17** O Recibo Provisório de Serviços – RPS deverá ser substituído por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, antes da emissão de qualquer outra Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e ou até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao de sua emissão, não ultrapassando o dia 5 (cinco) do mês subsequente.

§ 1º Os prazos previstos neste artigo iniciam-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviços – RPS, não podendo ser postergados caso vença em dia não útil.

§ 2º A não substituição do Recibo Provisório de Serviços – RPS pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, ou a substituição fora dos prazos estabelecidos no *caput* desse artigo, sujeitará o prestador de serviços às mesmas penalidades previstas na legislação em vigor para a não emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, sem prejuízo do bloqueio para emissão de novo Recibo Provisório de Serviços – RPS.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO** **GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

### **CAPÍTULO II**

#### **Do Documento de Arrecadação Municipal – DAM**

**Art. 18** O recolhimento do ISSQN, referente à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pelo Sistema Eletrônico de Gestão do ISSQN, disponibilizado pelo Município de Monte Carmelo.

**§ 1º** Não se aplica o disposto no *caput*:

I – Aos órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados e do Município de Monte Carmelo, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISSQN retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal, ou por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM convencional;

II – Às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), estabelecidos no Município de Monte Carmelo e enquadrados no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ressalvados os casos em que o recolhimento do ISSQN, deverá ser feito por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM convencional.

**§ 2º** O recolhimento do ISSQN de que trata o *caput* deste artigo, deverá ocorrer independentemente da conversão de RPS em NFS-e.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das Disposições Finais**

**Art. 19** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e poderá ser emitida com data retroativa de até 20 (vinte) dias, desde que a ordem cronológica seja mantida.

**Art. 20** As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas poderão ser consultadas em Sistema Eletrônico da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e do Município de Monte Carmelo, enquanto não transcorrido o prazo decadencial.

**Art. 21** O Imposto não pago ou pago a menor, relativo às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas e não declaradas, constitui documento hábil para inscrição do débito em Dívida Ativa, uma vez que o ato de emissão ou de recepção de documento fiscal por meio eletrônico estabelecido pelo Município de Monte Carmelo, na forma estabelecida por esse Decreto, representa







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

sua própria escrituração fiscal e elemento suficiente para a fundamentação e a constituição do crédito tributário.

**Art. 22** Os prestadores de serviço sujeitos à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e são obrigados a afixarem nos seus estabelecimentos, em local público e visível, as seguintes informações:

- I – ESTE ESTABELECIMENTO ESTÁ OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e;
- II – EXIJA A SUA;
- III – GARANTIA DE BOA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

**Parágrafo único.** O cartaz com os dizeres especificados nos incisos I, II e III, seguirão modelo do Anexo II e serão fornecidos pelo Sistema Eletrônico da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica –NFS-e.

**Art. 23** Não será permitido o uso de Nota Fiscal conjugada com o Estado aos usuários da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

**Art. 24** As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas eletronicamente terão duas séries distintas a considerar:


- I – Emitidas até 31 de dezembro de 2016, série “A”;
- II – Emitidas a partir de 1º de janeiro de 2017, série “E”.

**Art. 25** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

**Art. 26** Revoga-se o Decreto nº 1.457, de 05 de dezembro de 2014.

Monte Carmelo – MG, em 24 de janeiro de 2017.

  
**Saulo Faleiros Cardoso**  
Prefeito Municipal

  
**Bolimar Luciano de Oliveira**  
Procurador Geral do Município





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**ANEXO I**

		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b> <b>DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO</b> <b>DIVISÃO DE TRIBUTOS</b> <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E</b>				<b>Número da Nota Fiscal</b>	
						Série:	
						Data Emissão:	
						Certificação:	
<b>DADOS DO PRESTADOR</b>							
Nome/Razão Social: Nome Fantasia: CNPJ/CPF: Endereço: Bairro: Município: E-mail:				Insc. Municipal:		Insc. Estadual: N°: Compl.: UF: Telefone: CEP:	
<b>DADOS DO TOMADOR</b>							
Nome/Razão Social: CNPJ/CPF: Endereço: Bairro: Município: E-mail:				Insc. Municipal:		Insc. Estadual: N°: Compl.: UF: Telefone: CEP:	
<b>DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO</b>							
<b>Item</b>				<b>Tributável</b>	<b>Qtde.</b>	<b>VI. Unitário R\$</b>	<b>Total R\$</b>
Valor Tributável: R\$		Valor não Tributável: R\$		<b>VALOR BRUTO DA NOTA</b>			<b>R\$</b>
Valor Total das Deduções: R\$		Desconto Incondicionado: R\$		Base de Cálculo: R\$		Aliquota:	Valor do ISS: R\$
PIS: R\$	%	COFINS: R\$	%	INSS: R\$	IR: R\$	CSLL: R\$	Outras Retenções: R\$
Valor Aproximado de Impostos: Federais R\$		Estaduais R\$		Municipais R\$		<b>VALOR LÍQUIDO DA NOTA</b> R\$	
<b>ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO</b>							
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>							
Mês de Competência: Recolhimento: CNAE: Observações:		Local do Recolhimento: Tributação:		Data Geração:			
Impresso em: _____ às _____							
Recebi(emos) de: Os serviços constantes nesta Nota Fiscal de Serviços Eletrônica. _____ Data						NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA Número: Certificação	
Assinatura do Recebedor							





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**ANEXO II**

Logotipo da empresa

RECIBO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RPS

Nº 000.000

**DADOS DO PRESTADOR**

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....  
CNPJ: ..... INSC. MUNICIPAL: ..... E-MAIL: .....  
ENDEREÇO: ..... TELEFONE: .....  
DATA DA EMISSÃO: ...../...../.....

**DADOS DO TOMADOR**

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....  
CNPJ/CPF: ..... E-MAIL: .....  
ENDEREÇO: .....  
MUNICÍPIO: ..... UF: .....  
LOCAL DA PRESTAÇÃO: .....  
E-MAIL: ..... TELEFONE: .....

SUB ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR
VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO		
DEDUÇÃO AUTORIZADA		
Nº DA AUTORIZAÇÃO PARA DEDUÇÃO: ..... DATA: ...../...../.....		
BASE DE CÁLCULO DO ISS	ALÍQUOTA	VALOR DO ISS
DATA OU PERÍODO DA PRESTAÇÃO		RETENÇÃO NA FONTE
		SIM NÃO

Gráfica emissora (Razão Social, CNPJ); nº AIDF; data da autorização; numeração autorizada.  
Não é válido como documento fiscal.

Este RPS deverá ser convertido em NFS-e até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao de sua emissão, conforme Decreto Municipal nº





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**ANEXO III**

Brasão

Timbre da Prefeitura

**ESTE ESTABELECIMENTO ESTÁ OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e**

**EXIJA A SUA**

**GARANTIA DE BOA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Dados para contato: